



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Schneider, Alberto Luiz
Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre
História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 5, núm. 10, diciembre, 2012, pp. 75-93
Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769698006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre*

Iberism and Lusotropicalism in the work of Gilberto Freyre

Alberto Luiz Schneider

alberto.ls@uol.com.br

Pós-doutorando

Universidade de São Paulo

Rua Vergueiro, 266/267 - bloco 2 - Liberdade

01504-000 - São Paulo - SP

Brasil

Resumo

O artigo discute o luso-tropicalismo, assunto que mobilizou o pensamento de Gilberto Freyre entre as décadas de 1940 e 1960. A caudalosa produção intelectual gilbertiana – marcada pela aproximação com a ditadura de António Salazar e com o esforço português de manter suas colônias na África – somente é inteligível a partir da crítica à modernidade ocidental que Freyre recolheu do pensamento espanhol de fins do século XIX e princípio do século XX. Autores como Miguel de Unamuno, Ángel Ganivet e José Ortega y Gasset refletiram sobre a especificidade da cultura ibérica, percebendo-a como substancialmente diferente da moderna tradição anglo-saxã. Para Gilberto Freyre, os ibéricos, em particular os portugueses, seriam capazes de compreender os trópicos e as suas gentes e com eles transigir, conviver e miscigenar. Tal entendimento o levou, ao menos nos seus momentos mais ideológicos, a defender e justificar o colonialismo português, apesar dos ventos descolonizadores que sopravam desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

75

Palavras-chave

Brasil; História intelectual; Portugal.

Abstract

This article discusses the Luso-Tropicalism trend, a subject that moved the thought Gilberto Freyre from the 1940s to the 1960s. The prolific intellectual production of Prof. Freyre – marked by an approximation with the dictatorship of António Salazar and with the Portuguese effort to maintain colonies in Africa – can only be understood on the basis of a criticism of Western modernity, which Freyre had absorbed from the Spanish thought of the final decades of the 19th and early 20th centuries. Authors such as Miguel de Unamuno, Ángel Ganivet and José Ortega y Gasset reflected on the particularities of Iberian Culture, perceived as basically different from the modern Anglo-Saxon culture. The Iberians, for Gilberto Freyre, and the Portuguese in particular, were capable of understanding the tropics and their people, and were able to live and experience miscigenation and compromise with them. Such an understanding led him to defend, at least in his more ideological moments, as well as to justify Portuguese colonialism, despite the winds of change blowing in favor of decolonization after the end of the Second World War.

Keywords

Brazil; Intellectual history; Portugal.

Recebido em: 30/4/2012

Aprovado em: 5/8/2012

* Esta pesquisa foi desenvolvida com financiamento da FAPESP.

Casa-grande e senzala (1933) foi um livro de enorme impacto quando da sua publicação, época em que o racismo ainda gozava de aceitação intelectual e política em todo o Ocidente, mas de modo muito particular nos Estados Unidos e na Alemanha, países de tradição protestante. No Brasil, a “mistura de raças” e a presença de grande contingente negro eram fontes de constrangimento nacional entre as elites letradas. Em direção contrária, *Casa-grande* valoriza a mestiçagem e identifica positivamente a cultura de origem africana. O “mestiço” é apresentado como um homem moderno, adaptado aos trópicos e vital ao triunfo da civilização. Freyre elogia a plasticidade, a versatilidade e a vocação dos portugueses para a miscigenação. Ao contrário dos europeus do norte, os lusitanos seriam desprovidos de orgulho racial, como atestaria sua prática colonizadora em zonas tropicais do globo, capazes de criar um ambiente de interpenetração cultural e étnica. Logo na abertura, Freyre menciona “a singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos”, ancorada no “seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África” (FREYRE 2002, p. 80). A “bicontinentalidade” dos portugueses teria evitado “preconceitos inflexíveis”.

O escravocrata terrível que só faltou transportar da África para a América, em navios imundos, que de longe se adivinhavam pela inhaca, a população inteira de negros, foi por outro lado o colonizador europeu que melhor confraternizou com as chamadas raças inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos (FREYRE 2002, p. 255).

76

Ricardo Benzaquen de Araújo mostra como a obra de Freyre mescla raça e cultura baseando-se:

[...] na ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientes, enfatizando acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características na sua – variada, discreta e localizada – interação com o meio físico (ARAÚJO 1994, p. 39).

O contato sexual, como decorrência da interpenetração cultural, teria atenuado a polaridade entre a casa-grande e a senzala, abrindo caminho para a integração dos negros na cultura e na sociedade brasileira. Essa percepção, nota Antonio Candido, fez de Gilberto Freyre, nos anos de 1930 e 1940, um “mestre da radicalidade”.

Esse Gilberto Freyre da nossa mocidade, cujo grande livro sacudiu uma geração inteira, provocando nela um deslumbramento como deve ter havido poucos na história mental do Brasil [...] misturando à linhagem aristocrática uma grande simpatia pelo povo, que o levava a combater as ditaduras e acreditar nas virtudes da mestiçagem como fator democrático, que deveria produzir nestes trópicos uma civilização ao mesmo tempo requintada e popular, herdeira da Europa e criadora de um nobre timbre próprio. [...] Depois disso, no correr dos anos mudou bastante. Mudou demais (CANDIDO 1993, p. 82).

A vocação dos portugueses para a mestiçagem e a transigência em relação aos povos tropicais teriam sido adquiridas na convivência com árabes e judeus na Península Ibérica ao longo do medievo e, mais tarde, no contato com os próprios negros escravos trazidos da África para trabalhar na agricultura lusitana. A tolerância de origem árabe e a plasticidade do homem comum português – alheio à lógica moderna do mundo e alimentado pela mensagem cristã-católica-romana – são vistas em oposição ao individualismo protestante. Os ibéricos, em particular os portugueses, teriam produzido um contato “cristocêntrico”, mais gregário e comunitário, o inverso do cálculo moderno e do interesse econômico dos europeus do norte.

O antagonismo entre a modernidade ocidental e a tradição – inclusive as antigas tradições ibérico-mestiças, lastreadas no catolicismo peninsular – compõe o universo de oposições – nunca absolutas – caras ao pensamento gilbertiano: casa-grande e senzala, sobrados e mucambos, oriente e ocidente, jazigos e covas rasas (BASTOS 2001, p. 49-50).¹

O iberismo em Gilberto Freyre

A obra de Gilberto Freyre, múltipla e diversa, comporta um traço recorrente, marcado pela crítica à modernidade ocidental. As tradições foram identificadas não apenas como legítimas, mas portadoras de saberes e valores válidos, sob o risco da avassaladora onda modernizante que partia da Europa Ocidental e, sobretudo, dos Estados Unidos. A reflexão gilbertiana, entre outras matrizes, é tributária do pensamento espanhol do fim do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Não se trata de um aporte aleatório. Os intelectuais espanhóis daquela virada de século estavam atordoados com uma já antiga questão ibérica, que remonta ao século XVIII: a percepção da decadência dos povos peninsulares.²

O ano de 1898 é um emblema desse debate. A entrada dos Estados Unidos na guerra de independência cubana com a consequente derrota da Espanha – que haveria de culminar na perda de Cuba, bem como de Porto Rico e das Filipinas – liquidaria o império espanhol na América e na Ásia. Na América Latina a desconfiança em relação aos Estados Unidos ensejou o “arielismo” – alusão ao *Ariel*, livro do uruguaio José Enrique Rodó, publicado em 1900 – que, nas suas vertentes mais “aristocráticas”, incomodava-se com o utilitarismo, a emergência da cultura de massa e da própria democracia liberal.

Os povos peninsulares e os países de origem ibérica nas Américas não haviam incorporado alguns dos traços mais marcantes da modernidade ocidental, como a existência de uma burguesia urbana ilustrada, os progressos tecnológicos e industriais, os avanços educacionais e intelectuais – identificados com as revoluções burguesas –, tampouco possuíam grandes projetos políticos

¹ *Jazigos e covas rasas* é o livro que Freyre nunca escreveu. Trataria da morte e seria o último volume de sua *Introdução à história da sociedade patriarcal*.

² Desde fins do século XVII e, sobretudo, no decorrer do século XVIII – em função das “Luzes”, mas não apenas –, o sul da Europa passou a ser visto e a sentir-se como inferiorizado em relação ao norte, especialmente à Inglaterra e à França, porém também aos Países Baixos e à Prússia. Ver: HAZARD 1948.

fundamentados na democracia liberal. A Espanha e grande parte dos países hispano-americanos permaneciam rurais e mantinham fortes laços com o catolicismo e o militarismo. A “civilização hispânica” estava em crise, deveria buscar forças na tradição ou aderir à modernidade, transformando o “caráter espanhol” (CAPELATO 2003, p. 39).

Essas questões alimentaram as inquietações de intelectuais da “geração de 1898”, como Miguel de Unamuno (1864-1936), Ángel Ganivet (1865-1898), Pío Baroja (1872-1956), Ramiro de Maeztu (1875-1936), Antonio Machado (1875-1939), e, anos mais tarde, de intelectuais da “geração de 1914”, como Américo de Castro (1885-1972) e José Ortega y Gasset (1883-1955), os quais buscaram, por diferentes caminhos, discutir o assunto.³ Gilberto Freyre conhecia muito bem tais autores, especialmente Miguel de Unamuno e Ortega y Gasset.⁴

O debate entre o hispanismo (ou iberismo) e o europeísmo – nos termos que os espanhóis empregavam – ou entre tradição e modernidade – como preferiram os latinos – é anterior a *Casa-grande e senzala*. Como Miguel de Unamuno o fez na Espanha, Freyre desde muito cedo se colocou na defesa da tradição, vendo na modernidade uma imposição alienígena, destruidora de ricas e antigas culturas. Em *Livro do nordeste*, de 1925, organizado para comemorar o centenário do *Diário de Pernambuco*, Gilberto Freyre já expressava uma sensibilidade crítica à modernidade. O jovem, recém-chegado dos Estados Unidos e da Europa, mostrou-se pesaroso com a desagregação da “harmonia”, ameaçada pela modernização.

78

À vida nos engenhos faltam as condições de permanência e o ritmo patriarcal de outrora. Os proprietários vivem a deslocar-se para as cidades, para os balneários, para o Rio; vivem a fazer leilões de móveis numa volúpia de renovação; melhor lhes fora, talvez, morar em *wagons* de cigano do que em casa. Suas relações com os aderentes e a parentela e com os padres perderam todo o caráter patriarcal: rareiam hoje os senhores de engenho verdadeiramente donos de suas terras. As usinas de firmas comerciais trouxeram para a indústria do açúcar mecanismo das fábricas burguesas: as relações entre patrões que fumam charutos enormes como nas caricaturas de ‘Simplicimus’ e operários que só conhecem o patrão de vista. Dominam estas relações em vez da subserviência como que filial dos antigos trabalhadores aos senhores de engenho – tipos de uma fidalguia rústica. [...] As licenças de hoje, certos americanismos e modos de Hollywood, contrastam com os recatos daquelas nossas bisavós, que namoravam romanticamente às furtadelas e por meio de sinais de leques de renda e marfim (FREYRE 1979, p. 79-82).

A defesa da tradição e de antigas “harmonias” socioculturais não passa apenas pela esfera da vida privada, mas pelas instituições políticas e pela estrutura econômica. Assim como muitos intelectuais iberistas, Freyre recusou os esboços democráticos em defesa de modelos autoritários lastreados na tradição e no catolicismo. Ángel Ganivet – um dos hispanistas mais admirados

³ Sobre a relação entre a obra de Gilberto Freyre e o pensamento hispanista, ver: BASTOS 2003, CRESPO 2003, BAGGIO 2012.

⁴ A influência de Unamuno e Ortega y Gasset é vasta e espreitada por toda a obra de Freyre, mas explícita e perfeitamente assumida em *Como e por que sou e não sou sociólogo* (1968).

por Freyre – afirmava que “la conservación de nuestra supremacía ideal sobre los pueblos que por nosotros nacieron a la vida es algo más noble y trascendental que la construcción de una red de ferrocarriles” (*apud* PINEDO 2001, p. 84). Trata-se de uma evidente crítica à modernização que inferiorizava a Espanha em relação aos seus vizinhos do norte. Ganivet combateu a europeização da Espanha, afirmando que a resolução dos seus problemas estaria na afirmação do seu passado. Se o progresso material de outros países europeus havia sido maior, a Espanha, por sua vez, teria triunfado espiritualmente.

Em *Interpretação do Brasil* (1947), Gilberto Freyre sintetiza as teses centrais de *Casa-grande e senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Livro do nordeste*. O livro se originou de uma conferência proferida em 1944, na Universidade do Estado de Indiana, e o seu subtítulo é elucidativo: “aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas”. No texto, Freyre delinea as especificidades da sociedade brasileira, apresentado-a como uma formação que transcende as heranças ocidentais. Esse *não europeísmo* remontaria à própria Península Ibérica. Citando Ganivet, afirma que Portugal e Espanha haviam encontrado na África “a chave do seu futuro e a explicação do seu ethos” (FREYRE 1947, p. 42). A península representaria uma transição entre Oriente e Ocidente.

[...] a experiência de bicontinentalismo étnico e cultural começada há séculos em Portugal tomou nova dimensão no Brasil: três raças e três culturas se fundem em condições que, de modo geral, são socialmente democráticas, ainda que até agora permitindo apenas um tipo ainda imperfeito de democracia social; imperfeito tanto na sua base econômica como nas suas formas políticas de expressão (FREYRE 1947, p. 189-190).

79

A ideia de democracia social e racial, herdeira de antigas tradições comunitárias, na qual a convivência não exclui a hierarquia, é apresentada por Gilberto Freyre como uma criação (ibérica, particularmente luso-brasileira) mais rica e mais legítima do que a moderna democracia política. Não só a democracia política e, por consequência, o sufrágio universal não seduziam Gilberto Freyre. Outras instâncias culturais identificadas com a racionalidade burguesa também o incomodavam, entre elas o alfabetismo, que – argumenta em texto de 1923, acerca da obra de Agripino Grieco – levaria à “mediania” e à homogeneização.

Do ideal de alfabetismo escrevi que o resultado era a mediania de cultura. [...] Da instrução universal resultam as Suíças, as Finlândias e o muito que têm de ‘bon enfant’ os Estados Unidos. Democracias de cidadãos lavados, barbeados e bem penteados, irritantemente parecidos uns aos outros, medianos em tudo. [...] No artigo do Sr. Agripino Grieco [...] vêm ideias parecidas a estas. [...] Muito justo me parece o íntimo parentesco que entre os daninhos ideais de ‘sufrágio universal’ e ‘instrução universal’ estabelece o Sr. Grieco (FREYRE 1979, p. 305-306).

É importante o leitor contemporâneo não tomar as sentenças mais vibrantes e peremptórias de Freyre como absolutas e, sobretudo, como representativas de seu pensamento, no qual modernidade e tradição, progressismo e conservadorismo

convivem de modo tenso, não raro contraditório. Muitos de seus comentários foram feitos no calor na hora, destinados a jornais, onde o autor empenhava-se em criticar a penetração de uma modernidade muitas vezes destrutiva, como soava aos olhos de Freyre, um homem que não escondia sua simpatia pelas tradições assentadas nas velhas zonas açucareiras do “norte”. No entanto, a defesa das tradições de matriz ibérica – regionais, populares e patriarcais – levou-o a desvalorizar, nos anos vinte, o sufrágio universal, a alfabetização e o “industrialismo”, lidos como pilares das formas de vida e cultura desenvolvidas pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos.

Em *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins* – reunião de artigos escritos durante viagem a Uruguai, Argentina e Paraguai, entre 1941 e 1942, originalmente publicados em jornais do Rio de Janeiro e de Recife –, como em tantos outros escritos, Freyre rejeita a irrestrita adesão latino-americana aos valores da “Europa carbonífera e burguesa” e “do imperialismo dos Estados Unidos” (FREYRE 2003, p. 45). Durante a viagem, Freyre escreveu, um curioso texto sobre a capital do Paraguai, país apresentado como símbolo da América “Hispano-Índia”. Assunção teria preservado as tradições mais profundas da sua cultura – tropicais, regionais e populares. Uma “cidade aristocrática”, semelhante aos “burgos sossegados do extremo norte brasileiro, mais presos ao passado e ao sangue luso-ameríndio”, e muito diferente de Buenos Aires e de São Paulo, descritas por Freyre como metrópoles progressistas e descaracterizadas.⁵ Assunção aparece na pena gilbertiana comparável a Charleston, a “quase estagnada” capital da Carolina do Sul.

80

[...] a cidade de modos e gostos mais aristocráticos dos Estados Unidos. Cidade animada ainda hoje, de um desdém soberano pelos *yankees* que venceram a Guerra Civil e tornaram-se donos das indústrias, do comércio e das companhias de navegação do sul patriarcal (FREYRE 2003, p. 64).

O elogio a Assunção e Charleston obedece ao mesmo signo que alimenta a crítica à modernização da cidade do Recife ou a “industrialização carbonífera”, assim como se coaduna com a sua sempre renovada defesa da “democracia social” – da qual o Brasil seria o paradigma –, em oposição à “democracia política” – encarnada na forma mais radical pela experiência norte-americana. A tese do iberismo conduz a uma crítica à modernidade, cujas consequências mais profundas foram a desconfiança em relação à democracia liberal e a crença de que a formação social brasileira – por herança do colonizador luso, já mestiço e bicontinental, capaz de conviver e transigir com os povos tropicais – seria imune ao racismo, pelo menos ao racismo mais violento, que Freyre associava aos povos anglo-germânicos.

Como aponta Maria Lúcia Pallares-Burke, a Universidade de Oxford – onde Freyre esteve em 1922, após passagens pelas universidades norte-americanas de Baylor e Columbia –, pareceu ao autor a “modernidade dentro da tradição”. Na velha universidade, Freyre consolidou a sua profunda paixão por certa tradição

⁵ Sobre a relação entre Gilberto Freyre e a América hispânica, ver: BAGGIO 2012.

intelectual inglesa e vitoriana, enamorando-se de uma Inglaterra que povoou sua cabeça ao longo dos anos – e que não deixava de ser uma idealização, capaz de “conciliar” estabilidade social e desigualdade, liberdade e conformidade, tradição e modernidade. Freyre recolheu a noção de “equilíbrio” em Carlyle e Spencer e outros ensaístas ingleses. A perspectiva de uma miscigenação conciliadora, capaz de legar algum equilíbrio ao Brasil, teria vindo daí. Não só Carlyle e Spencer – mas também Walter Pater, Lafcadio Hearn, George Santayana, Gilbert K. Chesterton, William Butler Yeats – teriam desenvolvido em Freyre uma profunda sensibilidade para o valor e a legitimidade das tradições culturais, populares ou aristocráticas. Lafcadio Hearn, em *Two years in the French West Indies*, com os seus elogios à mestiçagem e aos trópicos, foi-lhe particularmente importante (PALLARES-BURKE 2005, p. 53-147).

Curiosamente, Freyre visitou ou viveu em cidades como Nova Iorque, Londres e Paris antes de estar no Rio de Janeiro e em São Paulo, o que fez apenas em 1926. Sob esse aspecto, vale pensar em *Verdad y perspectiva* (1916), artigo de Ortega y Gasset, que defende a ideia de que não é possível ver a realidade senão de um lugar determinado. Freyre leu o Brasil a partir do Recife, dispensando o filtro cultural das duas grandes capitais brasileiras. Em outras palavras, Freyre é signatário de outro modernismo, “regionalista e tradicionalista”, como afirma na coletânea intitulada, significativamente, *Região e tradição* (1941).

A construção das teses luso-tropicais, nas décadas de 1950 e 1960, não representa pura e simplesmente uma traição ao Gilberto Freyre antirracista de *Casa-grande e senzala* (antirracismo moderno, biologizante), mas conecta-se à reflexão assumida pelo autor, fundada na valorização da formação ibérica, entre o Oriente e o Ocidente,⁶ entre a Europa e a África. À luz deste enredo, a aproximação entre Gilberto Freyre e o salazarismo, pela via da luso-tropicologia, se torna menos surpreendente, na medida em que os ibéricos, em particular os portugueses, seriam capazes de compreender os trópicos e as suas gentes e com eles transigir, diferentemente dos povos modernos e protestantes.

81

A luso-tropicologia e o salazarismo

A luso-tropicologia é incompreensível sem levar-se em conta o longo e profundo debate ibérico que Gilberto Freyre assumiu desde a década de 1920 – embora as teses luso-tropicais tenham sido delineadas apenas em *O mundo que o português criou* (1940), escrito a partir de uma série de conferências proferidas em Londres, no *King's College*, e nas universidades portuguesas de Lisboa, Porto e Coimbra, em 1937. A grande novidade do livro está no alargamento espacial da análise gilbertiana, então abrangendo todas as áreas de colonização portuguesa. Freyre justifica a operação dizendo que Portugal, o Brasil, as ilhas atlânticas (Madeira, Açores e Cabo Verde), a África e a Índia portuguesa

⁶ Essa tese Gilberto Freyre busca em Ortega y Gasset, especialmente em *Meditaciones del Quijote* (1914). Para Ortega y Gasset, a Espanha (e por extensão toda a Península Ibérica) era cenário do choque e de mediação entre as culturas oriental e ocidental. A Ibéria não seria uma cultura latina, senão mediterrânica. Ver: ORTEGA Y GASSET 1987, BASTOS 2003.

constituíam “uma unidade de sentimentos e de cultura” (FREYRE 1947, p. 189-190). O autor generaliza a sua interpretação do Nordeste açucareiro para as outras áreas de ocupação portuguesa, ocorrida em tempos históricos não necessariamente coincidentes, insistindo no “mestiço” como a síntese do “novo homem nos trópicos”, capaz de incorporar elementos da modernidade ocidental com o equilíbrio cultural, biológico e ecológico do indígena.

Se *Casa-grande e senzala* é um livro bem documentado, conceitualmente elaborado e portador de perspectivas inovadoras, não se pode dizer o mesmo acerca d’*O mundo que o português criou*. Em primeiro lugar, porque repete a tese de *Casa-grande e senzala*, mas sem a sofisticação analítica e empírica do livro de 1933.⁷ Além de expandir geográfica e temporalmente a sua interpretação, Freyre enfatiza que os portugueses triunfaram onde os outros europeus falharam. Eis, precisamente, as raízes mais profundas do luso-tropicalismo.

[...] de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência. Qualidades que no Brasil madrugaram, em vez de retardarem, como nas possessões tropicais de ingleses, franceses e holandeses. Outros europeus, estes brancos puros, dólico-louros habitantes de clima frio, ao primeiro contato com a América equatorial sucumbiriam ou perderiam a energia colonizadora, a tensão moral, a própria saúde física, mesmo a mais rija, como os puritanos colonizadores de Old Providence, os quais, da mesma fibra que os pioneiros da Nova Inglaterra, na ilha tropical se deixaram espapaçar nuns dissolutos e moleirões. Não foi outro o resultado da emigração de loyalistas ingleses da Geórgia, e de outros novos Estados da União Americana, para as ilhas Bahamas – duros ingleses que o clima tropical em menos de cem anos amolengou em ‘*poor white trash*’. O português, não; por todas aquelas predisposições de raça, de mesologia e de cultura a que nós nos referimos, não só conseguiu vencer as condições de clima e solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora, unindo-se com mulher de cor... O colonizador português foi o primeiro, de entre os colonizadores modernos, a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a criação local de riqueza (FREYRE 1940, p. 14-15).

Nos anos 1930 e 1940, as teses de Freyre foram ignoradas ou rejeitadas pelo salazarismo e o seu entorno, em função da importância conferida à mestiçagem e à herança árabe, judaica e africana na formação do povo português. Se os fascismos do sul da Europa não exibiam o mesmo furor racial da Alemanha nazista, o orgulho racial e o racismo compunham a paisagem dos nacionalismos italiano, espanhol e português. Razão pela qual o “Estado Novo” liderado por António Salazar não poderia dedicar maior entusiasmo às formulações gilbertianas, apesar da visão positiva do passado português presente em *Casa-grande e senzala*. Aos poucos, porém, a tese acerca da vocação portuguesa para os trópicos foi penetrando nos círculos intelectuais e políticos portugueses. Percebeu-se a

⁷ Convém lembrar que Gilberto Freyre havia estado na África apenas por dois dias, a caminho da Europa, em 1930, quando visitou Dacar. Na ocasião, acreditou ter “sentido e visto vivamente o Brasil em algumas de suas origens africanas”. Ver: DÁVILA 2011, p. 23-54.

utilidade da formulação de Gilberto Freyre, uma figura de reputação internacional, cujas ideias serviriam aos setores interessados em modernizar (para manter) a presença portuguesa na África, tornando-a compatível com os novos tempos – tempos de pressões anticoloniais vindas de toda parte. A derrota do nazi-fascismo avolumou as críticas à ditadura portuguesa, que só cresceram com a força dos movimentos de independência na África. Lembre-se que os Estados Unidos e a União Soviética – as potências hegemônicas consolidadas no pós-guerra – não tinham compromisso com o velho colonialismo europeu, que, na década de 1950, começava a se desmanchar celeremente. Portugal, mais do que qualquer outro colonizador europeu, necessitava das colônias ultramarinas, das quais a sua economia, de estrutura pré-industrial, dependia largamente. Acerca dessa questão, as palavras de Kenneth Maxwell são elucidativas.

O regime [...] era movido por uma engrenagem composta de intelectuais conservadores e semifascistas, uma brutal política e um punhado de grandes empresas familiares monopolistas. No país como um todo, o regime buscava o apoio da Igreja católica, dos pequenos camponeses do Norte rural, dos grandes proprietários de terra do Sul e dos funcionários subalternos que dominavam a burocracia [...]. Arcaico, isolado e puritano, rejeitando a industrialização por considerá-la um arauto de conflito de classe e problemas trabalhistas, o Portugal salazarista estava firmemente escorado contra o século XX (MAXWELL 2006, p. 35-36).

O fim da Segunda Guerra Mundial marcou o término de um tempo e a abertura de outro. O ano de 1945 inaugurou um novo sistema econômico, político (e, sobretudo, geopolítico) no plano internacional. A partir da fundação da ONU (1945), foram definidos os princípios que orientariam o pós-guerra, entre eles a “libertação de todas as tiranias” e o “autogoverno para todos os povos e nações” (RAMPINELLI 2004, p. 21). Por mais que esses primados não fossem seguidos, havia pressões nessa direção. Portugal foi compelido a responder ao crescente movimento anticolonial e a reformular a sua política imperial. A abolição do “Ato Colonial”,⁸ a substituição em documentos jurídicos do termo “colônias” por “províncias ultramarinas” e a introdução da retórica da “assimilação” concorreram para a aproximação entre as demandas políticas do salazarismo e a produção intelectual de Gilberto Freyre.

A Constituição de 1951, uma resposta do regime ao progressivo isolamento internacional, afirmava a nação como “una, pluricontinental e multirracial”, formulação desenhada para que pátria e império se identificassem. O luso-tropicalismo desempenhou um papel considerável nesse momento. Um indício disso é a imposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a partir de meados da década de 1950, de que os diplomatas

⁸ O Ato Colonial – baixado em 1930 e confirmado na Constituição de 1933 – foi um instrumento jurídico destinado a regular o relacionamento entre a metrópole e as colônias. O documento afirma: “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhes é adstrita pelo Padroado do Oriente” (art. 2º). Sustenta, ainda, que “os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colônias e constituem o Império Colonial Português” (art. 3º) e “proíbe a alienação de qualquer parte dos territórios e direitos coloniais de Portugal (art. 7º)”. Sobre o tema, ver: CASTELO 1999, p. 46.

portugueses se dedicassem ao estudo das teses luso-tropicais formuladas por Gilberto Freyre, munindo-os de argumentos ditos científicos, a fim de legitimar a presença de Portugal na África e na Ásia (CASTELO 1999, p. 46).

Desde *O mundo que o português criou*, uma viagem à África e à Ásia poderia ser altamente conveniente à formulação de Gilberto Freyre. As suas ideias já circulavam no ambiente intelectual português, levando o ministro dos Negócios Estrangeiros, Sarmento Rodrigues, leitor de Freyre, a convidar o sociólogo brasileiro para uma longa viagem a Portugal e às colônias, com o devido aval de Salazar. A viagem aconteceu entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952, gerando os livros *Aventura e rotina* (1953a) e *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953b). O primeiro, um diário de viagem escrito no calor da hora, é o mais significativo, pois Freyre narra as suas impressões de viagem, sempre em favor das suas teses. O segundo é a reunião de palestras, algumas delas já publicadas em jornais, nas quais Freyre retoma formulações já esboçadas.

A incursão foi cuidadosamente organizada pelo governo, de modo que Freyre visse no ultramar português as suas teorias.⁹ Encontros com líderes oposicionistas foram permitidos, o que conferia ao governo uma aura de liberalidade. Além disso, a oposição a Salazar fazia uma leitura progressista de Freyre em função da sua postura antirracista. Convém lembrar também que parte significativa da oposição ao regime, por muito tempo, acreditou na viabilidade de um Portugal transcontinental. É significativo, ainda, que um ensaísta da qualidade de António Sérgio, crítico severo do salazarismo, tenha escrito o prefácio de *O mundo que o português criou*. José Luís de Oliveira Cabaço afirma que “*Aventura e rotina* é um livro importante para se compreender a forma como o colonialismo se apropriou de Freyre, bem como a maneira como o autor deixou-se apropriar pelo regime português” (2007, p. 248).

Gilberto Freyre tinha plena consciência das implicações políticas da sua viagem, defendendo-a como uma espécie de imersão antropológica “apolítica”. A propósito, afirmou também: “a simples democracia política cada dia me interessa menos” (FREYRE 1953a, p. 41). Na sua obra “apolítica”, há um detalhe curioso. Freyre grafa “províncias ultramarinas” e não “colônias”, em conformidade com a nova semântica empregada pelo Estado português.¹⁰ Não é menos singular o fato de que, ao voltar ao Brasil, Freyre foi encarregado pelo governo português de entregar pessoalmente uma edição de *Os lusíadas* – com encadernação adornada em prata e pedras preciosas – ao presidente Getúlio Vargas, cujas relações com o salazarismo eram excelentes, o que atraiu a atenção das imprensas brasileira e portuguesa (DÁVILA 2011, p. 40).

Não faltou quem considerasse *Aventura e rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas* pura e simples propaganda salazarista. Freyre, porém, mesmo

⁹ Na viagem de pouco mais de seis meses, Freyre visitou, em Portugal, o Algarve, Trás-os-Montes, o Alentejo, o Ribatejo, o Minho, o Douro, além de Lisboa, Porto, Coimbra e Alcobaça. Nas ilhas, foi a Cabo-Verde e São Tomé. Na África, percorreu a Guiné portuguesa (hoje Bissau), Angola, Senegal e Moçambique. Na Ásia, visitou Goa, Diu, Damão, Bombaim, Manica e Sofala. Não visitou Macau e Timor. Onde chegava, havia um comitê encarregado de recepcioná-lo.

¹⁰ Quando Freyre se deparou com uma situação de evidente exploração e segregação, como as minas de diamantes em Angola, que dependiam de trabalho semiescravo, reconheceu nisso “alguma coisa irredutivelmente belga” (FREYRE 1953a, p. 270).

em fase desbragadamente ideológica, é mais complexo do que isso. Há, como se pretendeu demonstrar, vasos comunicantes entre a reflexão do primeiro Gilberto Freyre e a sua verve luso-tropical, animada por uma potente crítica à modernidade ocidental, os quais o conduzem a posições políticas frequentemente conservadoras, embora a sua obra, talvez pela mesma razão, recuse o paradigma moderno da objetividade, do cientificismo e do economicismo, abrindo-se para temas inovadores – como a sexualidade, a criança, a família, o cotidiano, a festa, a casa, a comida. Freyre não foi, em seu tempo, o único crítico de uma epistemologia objetivista, nem de um prisma economicista, mas não se pode negar que sua desconfiança em relação aos fundamentos da modernidade enriqueceu seu olhar.

Em *Aventura e rotina*, o autor desenvolve a ideia de que as noções de tempo dos ibéricos e dos povos tropicais guardavam certas semelhanças, em função da herança oriental dos povos peninsulares, de modo que uns e outros não sacrificavam o presente em nome do futuro, isto é, não compartilhavam da percepção de que “*time is money*”, como os povos protestantes do norte da Europa, mais utilitaristas e previdentes. Ibéricos e tropicais partilhavam a noção do *tempo criativo*, em que passado, presente e futuro são estágios temporais intercomunicáveis. Um tempo social miscível, capaz de integrar três camadas de tempo em uma só, predominando, por vezes, um ou outro estágio, mas existindo de modo exclusivo. O “tempo tríbico” – noção que Gilberto Freyre recolheu em Unamuno e Ortega y Gasset – era uma singularidade do tempo ibérico (diferente do tempo europeu), que conectava os povos peninsulares às culturas tropicais e orientais. Essa discussão reaparece em vários outros livros, além dos mencionados.¹¹ Não é o caso de discutir tais ideias nos limites deste artigo, mas vale notar que as formulações guardam parentesco com a questão das singularidades ibéricas exploradas por Richard Morse (1995).

Alberto da Costa e Silva, no prefácio da edição de 2001 de *Aventura e rotina*, afirma que Freyre foi “prisioneiro de seu sonho”, idealizando o colonialismo português ao reconhecer nos colonizadores portugueses na África do século XX, anacronicamente, paralelos de plasticidade e comportamento miscigenador com os portugueses instalados em Pernambuco e na Bahia nos séculos XVI ou XVII. De fato, Gilberto Freyre viu nos africanos da Guiné de meados do século XX os negros escravizados no Brasil colonial, entendendo os guineenses “parados no tempo” como um verdadeiro “museu vivo” (FREYRE 1953a, p. 260).

Na década de 1950, a reputação internacional de Gilberto Freyre e o prestígio das suas teses eram ainda consideráveis, a ponto de a Assembleia Geral da ONU, em 1954, convocá-lo para que preparasse um relatório sobre o *apartheid* na África do Sul. O documento contextualiza a política de segregação a partir da expansão da civilização europeia pelo globo que, segundo o intelectual, obedeceria a dois grandes traços: de um lado, o sistema colonial inglês e holandês e, de outro, o sistema colonial ibérico, cujo exemplo mais eloquente seria justamente o Brasil. Para Freyre, o mundo anglo-saxônico não reconhecia

¹¹ Ver: FREYRE 1973, 1988.

distinções entre civilização e raça ao acreditar que apenas os brancos eram capazes de viabilizar a civilização e o progresso; ao contrário dos ibéricos, para quem a civilização seria transmissível aos não europeus. Negros, índios e mestiços, quando se tornavam cristãos e católicos, integravam-se na vida comunitária, transformavam-se em espanhóis ou portugueses.

A partir dessas premissas, Gilberto Freyre se mostrou cético quanto à possibilidade de coibir, pela força da lei, a discriminação racial, sugerindo como antídoto a mudança de hábitos e costumes. Ou seja, não seria o Estado democrático e igualitário que promoveria a mudança, mas uma cultura antropológicamente aberta – a qual poderia ser fomentada por campanhas educativas –, segundo os moldes das sociedades latino-americanas (DÁVILA 2010, p. 23-54). A América Latina, de sociedade “atrasada”, incapaz de instaurar a democracia e o moderno capitalismo, virou paradigma de convivência pluriétnica.

Se o relatório é profundamente representativo das ideias de Gilberto Freyre, também evidencia o quão proveitoso foi o investimento da diplomacia portuguesa em acolher e incensar o luso-tropicalismo. Naquele momento, o sociólogo tinha abdicado de realizar apenas uma leitura luso-tropical da história da expansão portuguesa, mas havia se engajado deliberadamente no presente, defendendo a experiência portuguesa na África, quando a descolonização estava na ordem do dia.

O “brasilocentrismo” de Gilberto Freyre

86

O pano de fundo das teses luso-tropicais é a comparação entre as formas de colonização lusitana e anglo-saxônica, a partir da compreensão de Gilberto Freyre acerca das experiências portuguesas e inglesas nas Américas. O autor antepõe a civilização católica e mestiça à protestante e utilitária. De certo modo, *Aventura e rotina* remete a *Sobrados e mucambos*, livro no qual Freyre desenvolve a ideia de que a europeização do Brasil no século XIX foi a imposição de uma civilização artificial, importada pelas elites liberais, e acabou por acarretar a interrupção de um processo “natural” de acomodação, que estaria em curso nos três séculos de experiência colonial. Nas colônias inglesas, havia tão somente a imposição de uma civilização ocidental e do capitalismo, arrasadoramente; ao passo que, na colonização lusitana, havia indefinição, assimilação e trocas, numa “eterna incorporação de influências” (FREYRE 1953a, p. 208).

Em lugar da descaracterização postiça da modernização forçada, anglo-saxã, deveria predominar a conciliação das tradições locais com a civilização europeia, de matriz ibérica. Essa plasticidade e esse espírito de acomodação estavam entre as “constantes portuguesas de caráter e ação”, já vivenciadas no Brasil (FREYRE 1953a, p. 216). A arte lusitana da adaptação às terras quentes, permeada pelas trocas, inclusive sexuais e matrimoniais, remontava ao segundo vice-rei português da Índia, Afonso de Albuquerque (1462-1515), pioneiro na promoção de uma política de casamentos mistos no estado da Índia (FREYRE 1958, p. 57-58). O que Freyre não disse é que a política de Afonso de Albuquerque foi uma exceção e jamais uma regularidade (XAVIER 2008).

O olhar gilbertiano, portanto, partiu da premissa de que as colônias portuguesas na África seriam *Brasis* na infância. Esse olhar estava interessado em flagrar a miscigenação. Por essa razão, Freyre se decepcionou em Cabo Verde, “predominantemente africana na cor, no aspecto e nos costumes” (FREYRE 1953a, p. 266). Mas a produção literária cabo-verdiana o consolou, pois encontrou nela “a mais viva literatura luso-tropical, depois da do Brasil” (FREYRE 1953a, p. 280). Em Angola, o autor se sentiu mais confortável com a população assimilada de Luanda, que se percebia portuguesa, segundo afirmou. O futebol angolano lembrava a ginga brasileira.

Freyre comenta, ainda, as semelhanças entre as transformações sofridas pela língua portuguesa em contato com o clima, a vegetação e o homem tropical. A língua e os gestos em Goa eram mais próximos da linguagem brasileira do que das linguagens africanas.

[...] o mesmo, o seu sorriso que não tem a exuberância do africano nem as reservas do europeu. Também a fala: [...] a ação tropical sobre a língua europeia parece vir sendo a mesma nas duas áreas; a mesma, também, a simplificação, na língua do invasor português, das duras complexidades de sons, para que os povos tropicais mais facilmente os vinham adquirindo e conservando (FREYRE 1953a, p. 320).

Como se pode notar, Freyre estava mais interessado em compreender a atuação dos portugueses nos trópicos do que entender o modo de vida dos africanos em face da experiência colonial portuguesa. É expressivo notar que as teses luso-tropicais são antes *brasilocêntricas* do que *lusocêntricas*. A identificação entre o “ser brasileiro” e o “modo português de estar no mundo” mostra-se explícita.

É principalmente com os olhos de brasileiro que não sabe separar o destino do Brasil do de Portugal que vejo a Guiné portuguesa. Sinto-me aqui numa espécie de Alto Amazonas ou de Alto Mato Grosso Português, que sendo já antigo território lusitano, só agora começasse a realmente aporuguesar-se (FREYRE 1953a, p. 281).

Definido como um modelo de civilização moderna para os trópicos, o Brasil de Freyre é, por excelência, identificado como uma invenção portuguesa, talvez a sua maior obra histórica, que deveria se repetir na África e na Ásia, tanto quanto haveria de continuar no Brasil profundo, que tinha ainda “Guinés verdíssimas dentro de si”, afirmou o autor em referência a regiões do Amazonas e do Mato Grosso (FREYRE 1953a, p. 266). A crença de que o Brasil era um modelo de civilização tropical, tida como uma “democracia étnica e social”, é inequívoca, de acordo com a sua declaração à imprensa, já no Recife, após a viagem às colônias portuguesas.

A impressão mais viva que trago é que o português continua a ser um povo criador. Às realizações do passado, algumas monumentais, ele acrescenta uma vasta obra, moderna, nos trópicos: no Oriente e na África. Essa obra não faz má figura ao lado daquela que, como descendente e continuador português, o brasileiro realiza na América. E a esses dois grandes

esforços [...] anima um espírito comum caracterizado principalmente pelo sentimento e pela prática de uma, não direi perfeita, mas bastante avançada democracia étnica e social (FREYRE 1952).

Gilberto Freyre escreveu ainda duas outras obras acerca das teses luso-tropicais: *Integração portuguesa nos trópicos* (1958) e *O luso e o trópico* (1961). A segunda obra – publicada pela Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique – é a sua produção mais ideológica. Os livros não apresentam nada substancialmente novo. O tom, porém, é cada vez mais político e menos sociológico. Freyre pretendeu tornar a luso-tropicologia programática e funcional, o que acabou por significar apoio ao projeto salazarista – ou ao menos a aspectos dele –, como, inquestionavelmente, se pode ver.

Político na acepção de uma política de cultura e de uma política de migração dentro do mundo luso-tropical. No sentido, também, de uma política econômica. No sentido, ainda, de afirmação ou reafirmação de uma política de democracia étnica que avigore em todos os membros da comunidade luso-tropical a resistência aos etnocentrismos vindos de povos vizinhos ou de minorias étnico-culturais que se concentrem dentro da própria comunidade, em desarmonia com as tradições e os sentimentos castiçamente lusitanos (FREYRE 1958, p. 64).

88

O luso e o trópico reúne uma série de ensaios que haviam sido apresentados na forma de conferências e artigos. No prefácio, Freyre afirma que esses escritos servem para comemorar o início da aventura lusitana, outrora esposada pelo Infante D. Henrique. Aliás, o governo português se empenhara em assinalar a passagem do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, indivíduo que, sustenta Freyre, “concorreu decisivamente para dar às relações de europeus com não europeus, de brancos com povos de cor, um rumo peculiarmente luso-cristão” (FREYRE 1961, p. 3). De modo geral, o autor continuou a raciocinar nos termos expostos em *O mundo que o português criou*, mas radicalizou a sua aposta interpretativa: estaria em curso a formação de um “terceiro homem” ou de uma “terceira cultura”, o luso-tropical. Uma civilização que não tinha sido considerada na tipologia de Toynbee, afirmou Gilberto Freyre.

A luso-tropicologia de Gilberto Freyre penetrou também no âmbito acadêmico português. Em *O luso e o trópico*, há menção aos expoentes da luso-tropicologia em Portugal. Eram eles Orlando Ribeiro nos estudos de ecologia e geografia tropical, Henrique de Barros na agronomia, Marcelo Caetano no direito, Adriano Moreira na ciência política, Jorge Dias na antropologia e Mário Chicó na história da arte.¹² Na década de 1950, Adriano Moreira, que dirigia a Escola Superior Colonial, introduziu, no segundo ano do curso de administração colonial, o estudo do luso-tropicalismo. Moreira e outros agentes políticos e intelectuais se empenharam na renovação da ditadura, operando a aproximação entre as

¹² Segundo Cláudia Castelo, a adesão de acadêmicos ao luso-tropicalismo esconde, em alguns casos, uma consciência crítica em relação ao que ocorria nas colônias. Em relatórios confidenciais, Orlando Ribeiro e Jorge Dias deixaram clara a enorme distância entre a ação colonial e a teoria luso-tropical. Ver: CASTELO 1999.

ideias de Freyre e o salazarismo do pós-guerra, pois perceberam a utilidade do luso-tropicalismo no novo contexto, uma vez que a “democracia racial” insinuada por Freyre não demandava democracia política (THOMAZ 2002a, p. 260).

O luso-tropicalismo não contraria em termos teóricos a aspiração pela independência política das colônias portuguesas, afinal, Freyre sempre propugnou por uma “unidade de sentimento e de cultura”. Se isso é verdade, também o é a evidente antipatia de Freyre em relação aos movimentos anticoloniais, pelo menos na década de 1950 e início da década de 1960. Não resta dúvida de que o luso-tropicalismo, no contexto histórico em que foi formulado, serviu aos interesses do regime, fornecendo-lhe argumentos políticos e ideológicos, além de dignidade intelectual para combater os partidários da descolonização africana. A rica retórica gilbertiana, por certo, prestou-se como um poderoso arsenal verbal, de maneira que os críticos do regime não poderiam deixar de ser também críticos de Gilberto Freyre, que permitiu tal associação. Foi o caso do historiador inglês Boxer – em *Race relations in the Portuguese Empire, 1415-1825*, publicado em 1963 –, que, por um lado, contestou politicamente o salazarismo e, por outro, questionou intelectualmente a obra de Freyre (BOXER 1963).

É tentador afirmar – como já se afirmou – que não foi Gilberto Freyre quem aderiu ao regime, mas o salazarismo do pós-guerra que adotou, seletiva e ideologicamente, as ideias do sociólogo brasileiro (LEONARD 2001). Talvez seja mais acurado considerar que o regime aderiu a Freyre, tanto quanto Freyre ao regime. Os meandros das relações entre o intelectual pernambucano e o salazarismo, embora tenham recebido crescente atenção, merecem novos estudos.

A formulação gilbertiana, evidentemente, não impactou apenas o universo intelectual e político português, porém ainda mais o universo brasileiro. Conquanto não seja do interesse deste artigo mensurar o alcance e a repercussão de Gilberto Freyre das décadas de 1950 e 1960, certamente, eles foram imensos. A sua visão do Brasil influenciou uma geração de diplomatas brasileiros da época, inclusive aqueles que eram abertamente favoráveis à descolonização. A grande imprensa, na qual Freyre tinha trânsito fácil, era, majoritariamente, simpática ao salazarismo – e o sociólogo teve um papel destacado nesse processo. Assis Chateaubriand, proprietário dos *Diários associados*, foi notório defensor do regime, a ponto de Salazar homenageá-lo com o nome de uma rua em Lisboa (MORAIS 1994, p. 586). O governo de Getúlio Vargas foi também favorável a Salazar. Até mesmo Juscelino Kubitschek, com toda a sua simbologia progressista, moderna e democrática, manteve uma política externa ativamente pró-Portugal e a sua luta para preservar o império. Juscelino Kubitschek, inclusive, participou em pessoa das comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1960), evento para o qual Gilberto Freyre e as suas ideias concorreram ativamente.

A posse de Jânio Quadros, em 1961, marcou uma inflexão na política externa brasileira, caracterizada pelo distanciamento de Portugal (e dos Estados Unidos) e pelo apoio, na ONU, à descolonização.¹³ Gilberto Freyre, coerentemente, criticou

¹³ Sobre diplomacia, luso-tropicalismo e relações luso-brasileiras na segunda metade do século XX, ver: DÁVILA 2010, RAMPINELLI 2004, CABRAL 2010, GONÇALVES 2003, GUIMARÃES 2009.

a política externa de Jânio Quadros, o que considerou uma irresponsabilidade do Brasil perante a democracia étnica. Lamentou a anexação de Goa pela Índia e afirmou que “uma ferida portuguesa é uma dor brasileira” (FREYRE 1963, p. 56). Afonso Arinos, o arquiteto da política exterior do curto período de governo de Jânio Quadros, porém, manteve intacta a imagem gilbertiana do Brasil, segundo a qual o país era, conforme artigo assinado pelo próprio presidente, na prestigiosa revista *Foreign affairs*, o “exemplo mais bem sucedido de coexistência e integração racial que a história já conheceu” (DÁVILA 2010, p. 52).

De *Casa-grande e senzala* (1933) ao início da década de 1960, Gilberto Freyre gozou de um prestígio que poucos autores alcançaram em toda a história das letras brasileiras. Como observa Fábio Franzini, o projeto gilbertiano de interpretar o Brasil foi “assimilado pela crítica e, até onde é possível perceber, pelo público”. A obra de Freyre “passava de proposta a modelo de uma história ‘social’ ou mesmo ‘cultural’” (FRANZINI 2010, p. 190). A “questão racial” se constituiu em um dos capítulos essenciais da intervenção do autor, contribuindo na maneira como o país pensou a sua diversidade étnica e social. Gilberto Freyre foi, de longe, o mais importante ativista, teórico e animador dessa corrente de opinião, fundamental para fixar nos círculos letrados uma imagem do Brasil baseada na posituação da miscigenação, ou o que o sociólogo chamou de “democracia étnica e social”. Além de fomentar a aceitação interna da tese, o pensamento gilbertiano serviu como um contraponto ao racismo predominante em países como Estados Unidos e África do Sul, levando os brasileiros a acreditarem na condição não racista do país, muito em função da “natureza” miscigenadora da colonização portuguesa.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa-grande e senzala** e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- BAGGIO, Kátia Gerab. Iberismo, hispanismo e latino-americanismo no pensamento de Gilberto Freyre. **Estudios del ISHIR**, Rosario, a. 2, v. 2, 2012, p. 109-131.
- BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e o Alonso El Bueno**. Bauru: Edusc, 2003.
- _____. Brasil, um outro Ocidente? Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. **Cia & Tópicos**, Recife, v. 29, n. 1, p. 33-59, jan./jun, 2001.
- BEIRED. José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina, 1914-1945**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BOXER, Charles. **The Portuguese seaborne Empire, 1415-1825**. London/New York: Hutchinson/Knopf, 1969.
- _____. **O império marítimo português, 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- _____. **Race relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825.** London: Oxford, University Press, 1963.
- _____. **Relações raciais no império colonial português, 1415-1825.** Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1967.
- CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação.** São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) - FFLCH-USP.
- CANDIDO, Antonio. **Recortes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CAPELATO, Maria Helena. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. **História**, São Paulo, v. 22, n. 2, 2003, p. 35-58.
- CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961.** Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- CRESPO, Regina Aída. Gilberto Freyre e suas relações com o universo cultural hispânico. In: KOSMINSKY, E. V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. A. (orgs.). **Gilberto Freyre em quatro tempos.** Bauru: EDUSC; São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- D'ANDREA, Moema Selma. **Tradição re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura modernista.** Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e os desafios da descolonização africana, 1950-1980.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- _____. Entre dois mundos: Gilberto Freyre, a ONU e o apartheid sul-africano. **História Social: revista dos pós-graduandos em história da Unicamp**, Campinas, n. 19, 2010, p. 135-150.
- DIMAS, Antonio. Um manifesto guloso. In: KOSMINSKY, E. V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. A. (org.). **Gilberto Freyre em quatro tempos.** Bauru: EDUSC; São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- _____. Prefácio. **Gilberto Freyre: manifesto regionalista.** Recife: Massangana, 1996.
- DUTRA, Francis. Ser mulato em Portugal nos primórdios da época moderna. **Tempo**, Niterói, n. 30, 2011, p. 101-114.
- FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras: a coleção documentos brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959).** Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.
- FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- _____. **Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.
- _____. Declarações de Gilberto Freyre ao chegar ao Brasil. **Novidades**, Lisboa, 18 de fevereiro, 1952.

- _____. **Aventura e rotina:** sugestões de uma viagem à procura de constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953a.
- _____. **Um brasileiro em terras portuguesas.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1953b.
- _____. **Integração portuguesa nos trópicos.** Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1958.
- _____. **O luso e o trópico.** Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- _____. **O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças:** conferência proferida no gabinete português de leitura do Rio de Janeiro. Lisboa: [s.n.], 1963.
- _____. Mais sobre o caso do major Boxer. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1965.
- _____. **Como e porque sou e não sou sociólogo.** Brasília: Editora da UnB, 1968.
- _____. **Além do apenas moderno.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- _____. **Tempo de aprendiz.** São Paulo: IBRASA/INL-MEC, 1979.
- _____. **Manifesto regionalista.** Recife: Massangana, 1996. [1925]
- _____. **Casa-grande e senzala.** Rio de Janeiro: Record, 2002. [1933]
- _____. **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins.** Brasília: Editora da UnB, 2003.
- IÑIGUEZ, Carlos Pinheiro. **Sueños paralelos:** Gilberto Freyre y el luso-tropicalismo: identidad, cultura y política en Brasil y Portugal. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1999.
- JOÃO, Maria Isabel. **Memória e império:** comemorações em Portugal (1880-1960). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- LEONARD, Yves. Immuable et changeant, le lusotropicalisme au Portugal. In: **Le Portugal et l'Atlantique.** Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, v. XLII, Lisboa/Paris, 2001.
- MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado:** revolução e democracia em Portugal. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O ovo de Colombo Gilbertino. In: FALCÃO, J.; ARAUJO, R. M. B. de (orgs.). **O imperador das ideias:** Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- MORAIS, Fernando. **Chatô:** rei do Brasil. São Paulo: Círculo do Livro, 1994.
- MORSE, Richard. **O espelho de Próspero:** cultura e ideia nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ORTEGA Y GASSET, José. **Meditaciones del Quijote.** Madrid: Alianza Editorial, 1987.

- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre**: um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.
- PINEDO, Javier. Ser otro sin dejar de ser uno mismo: España, identidad y modernidad en la generación del 98. In: ZEA, L.; SANTANA, A. (comp.). **El 98 y su impacto en Latinoamérica**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX**: tramas telas e textos. São Paulo: Edusp, 2004.
- QUIJADA, Mónica. Latinos y anglosajones: el 98 en el fin de siglo sudamericano. **Hispania**, v. LVII/2, n. 196, 1997, p. 589-609.
- RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda**: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Madri: Cátedra, 2004.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. **Ecos do atlântico sul**: representações sobre o terceiro império português. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002a.
- _____. Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V. de; FELDMAN-BIANCO, B. (coord.). **Trânsito coloniais**: diálogos luso-brasileiros. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2002b.
- _____. O luso-tropicalismo: paisagens, sentidos, identidades. In: **Seminário de Tropicologia**: o Brasil e o século XXI: desafios e perspectivas, 2001. Disponível em: http://www.tropicologia.org.br/conferencia/2001luso_tropicalismo.html. Acesso em: 20 mar. 2012.
- XAVIER, Ângela Barreto. Dissolver a diferença: mestiçagem e conversão no império português. In: CABRAL, M. V.; WALL, K. et al. **Itinerários**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.